



passivo a APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI, CNPJ nº 02.102.125/0001-58,, com sede a Avenida da Saudade, nº 175, Centro, Cornélio Procópio, Paraná, CEP 86.300-000, pelas razões e motivos a seguir deduzidos:

1. DA LEGITIMIDADE PASSIVA, ATIVA E DA TEMPESTIVIDADE

As Autoridades Coatoras encontram-se vinculadas ao Processo Licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2019, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João del Rei e Presídio de Resende Costa, da seguinte forma:

A 1ª Autoridade Coatora é responsável pela apreciação e julgamento do RECURSO HIERÁRQUICO, na forma do § 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, OMITINDO-SE, até a presente data, de adotar as medidas urgentes consignadas no Recurso Administrativo, necessárias a preservação da legalidade do certame (doc. 3).

A 2ª Autoridade Coatora juntamente com a 3ª e 4ª autoridades Coatoras são signatários do Edital Pregão Eletrônico nº 046/2019, cumprindo ao primeiro a operacionalização do Pregão e ao segundo, o julgamento de recursos e homologação do resultado (Item 1.1, do Edital), no que veio, em declarar a Interveniente APARECIDA REGINA CASSAROTTI EIRELI vencedora do certame.

A Impetrante é participante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2019, em condições de vencer o certame (caso acolhido o Recurso manejado), empresa especializada na prestação de serviços de refeição coletiva, com mais de 8 anos de atuação, prestando serviços em diversas Unidades Prisionais da própria Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP, sendo, inclusive, A ATUAL PRESTADORA DE SERVIÇO LICITADO, com reconhecida competência, conforme contrato de prestação de serviços Presidio de São João del Rei (doc. 4) e Presidio de Resende Costa anexo (doc. 5).

2.DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAMENTO DO PRESENTE.

Considerando que a competência para processar e julgar mandado de segurança, em regra, define-se pela qualificação e categoria funcional da autoridade coatora ou pela sua sede, considerando tratar-se de ação mandamental contra ato do SECRETÁRIO DE ESTADO